15:36 100%

Opinião do GLOBO

Operações policiais no Rio apontam rumo contra o crime

Cooperação entre polícias levou a apreensão de arsenal. Inteligência financeira desfez esquema de bicheiro

Duas operações policiais deflagradas ontem no Rio mostraram a importância do planejamento, das investigações robustas e da integração entre as diversas forças de segurança com o Ministério Público para o sucesso no enfrentamento das organizações criminosas. Uma delas conseguiu interceptar um comboio de milicianos na Avenida Brasil, levando à prisão de 15 criminosos e à apreensão do arsenal em poder dos bandidos. A outra, que teve como alvo o bicheiro Bernardo Bello, mirou o esquema de lavagem de dinheiro do contraventor.

A operação na Avenida Brasil aconteceu na madrugada de quinta-feira, em Campo Grande, Zona Oeste do Rio. Graças ao trabalho de inteligência, equipes das polícias Civil, Militar e Rodoviária Federal (PRF) interceptaram um "bonde" formado por 16 milicianos em quatro carros roubados. A quadrilha participara de um confronto numa favela da região controlada pela milícia e disputada pelas facções Comando Vermelho (CV) e Amigos dos Amigos (ADA). Com o bando, foram apreendidos 12 fuzis, 58 carregadores, duas granadas, sete pistolas e mais de 1.500 projéteis — uma das armas tinha o brasão da polícia de Miami, nos Estados Unidos. Foram recolhidos também coletes à prova de bala e uniformes falsos das polícias. Seis suspeitos foram baleados nas ações.

A interceptação foi possível porque a inteligência da Draco, da Polícia Civil, monitorou o deslocamento dos milicianos por dois meses e repassou as informações à PRF. Favelas da Zona Oeste têm sido alvo de uma disputa sangrenta entre milicianos e traficantes. A guerra aterroriza a população e faz aumentar os índices de violência na região. No momento da abordagem, os criminosos seguiam para uma comunidade controlada pela milícia e ameaçada de invasão pelas facções.

Na mesma quinta-feira, a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio avançaram no combate às organizações criminosas ao deflagrar uma operação para prender Bello. Embora ele não tenha sido encontrado, as ações tiveram êxito ao desarticular um esquema de lavagem de dinheiro. Segundo a investigação, empresas de fachada usadas para lavar dinheiro movimentaram R$ 159 milhões desde 2020. Na mira estão uma empresa que vende material para churrasco, um posto de gasolina e uma confecção. Só uma delas movimentou R$ 79 milhões em oito meses de 2021. A ação contra Bello faz parte da investigação do assassinato do advogado Carlos Daniel Dias, em maio de 2022, em Niterói. Bello é suspeito do crime.

O Rio, como todo o Brasil, enfrenta grave crise de segurança pública. Comunidades são palco de uma guerra sem fim entre organizações criminosas na disputa por território. Operações espalhafatosas — em geral com alta letalidade — promovidas pela polícia não costumam ser eficazes. Prova disso é que pouco tem mudado no cenário do crime ao longo dos anos. Gastam-se montanhas de dinheiro, e os indicadores de violência mal se movem.

As operações de quinta-feira apontam um caminho mais eficaz no combate ao crime, e não só para o Rio. A da Avenida Brasil mostra que inteligência e cooperação entre corporações policiais são fundamentais. A que teve Bello como alvo substituiu o método de tiro e bomba por investigações que miram o bolso dos criminosos e seus esquemas financeiros. É verdade que elas exigem árduo trabalho de inteligência e planejamento, mas o resultado fala por si só.

Lei da Ficha Limpa demonstra eficácia para preservar a lisura das eleições

Entre os prefeitos eleitos em 2020, 96 perderam o mandato — 56 deles foram cassados como fichas-sujas

Dos 5.568 prefeitos eleitos em 2020, 96 perderam o mandato, segundo levantamento do GLOBO com base em informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A maioria deles — 56 — foi enquadrada na Lei da Ficha Limpa, criada por um projeto de origem popular aprovado pelo Congresso em 2010. O segundo principal motivo foi a compra de votos, responsável pelo afastamento de 15 prefeitos. Em seguida, acusações de abuso de poder político e econômico nas campanhas, que resultaram na perda de 12 mandatos.

Todo político condenado em segunda instância está sujeito a ser cassado como ficha-suja. Entre as causas de condenação à perda de mandato dos 56 prefeitos estão a rejeição de contas de governos anteriores, condenações por improbidade administrativa, prejuízos ao Erário, uso irregular dos meios de comunicação e penas criminais.

São Paulo reúne a maioria dos casos (21 dos 56). MDB e PSDB — com 14 prefeitos afastados em cada legenda — são os partidos com mais cassações. Das 96, 38 ocorreram em municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes e 29 naqueles que têm entre 5 mil e 10 mil. Nas cidades com até 5 mil habitantes, 16 prefeitos foram destituídos. "Infelizmente, as cidades menores são mais vulneráveis, porque não existe trabalho, e o maior empregador acaba sendo a prefeitura, por meio de cargos comissionados, em que o concurso não é necessário", afirma Mônica Rodrigues, doutora em políticas públicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). É a porta aberta para relações promíscuas com favorecimento a amigos e familiares, para a improbidade e a corrupção.

No caso de Tarcílio Secco (PL), o motivo para a perda do mandato de prefeito de Presidente Castello Branco, município de 1,6 mil habitantes em Santa Catarina, foi a compra de votos. Secco distribuía entre eleitores dinheiro vivo e brita para construção. Outro cassado foi Thiago Peçanha (Republicanos), destituído da prefeitura de Itapemirim, cidade de 35 mil habitantes no Espírito Santo, depois de condenado por abuso de poder político na sua reeleição, há quatro anos. Fez contratações irregulares na campanha e aumentou os gastos em um programa de distribuição de novilhas para pequenos produtores, com objetivos eleitoreiros.

Nada indica que crimes dessa natureza não se repetirão nas eleições municipais deste ano. Há diversas formas de coação ao eleitor, e qualquer delito nesse campo é grave, por atingir um dos pilares da democracia — o voto. Por isso o prontuário judicial do candidato é informação imprescindível na hora de votar. Por meio dele é possível conhecer os processos e as condenações dos políticos. É um alerto que o país disponha, na forma das leis eleitorais e da Lei da Ficha Limpa, de instrumentos eficazes para tirar do poder quem não deveria ter chegado a ele. Cabe à Justiça Eleitoral continuar a cassar os pilhados em ações criminosas para preservar a lisura das eleições.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
sardenberg@cbn.com.br

Uma bandeira a reerguer: a anticorrupção

O tiro fatal contra a Lava-Jato foi disparado pelo juiz símbolo da operação — Sergio Moro, quando aceitou ser ministro da Justiça de Bolsonaro. Sendo generoso, havia atenuantes favoráveis à escolha de Moro. O então futuro presidente entregara tudo, o controle da Polícia Federal, de todo o sistema de segurança pública e das movimentações financeiras. Mais a garantia de apoio aos ambiciosos projetos de combate à corrupção.

A República de Curitiba, tão temida por boa parte da elite política, se instalaria em Brasília.

Avaliação equivocada de Moro. Primeiro, Bolsonaro já não era de confiança, mesmo porque ele e seus filhos tinham rolos na Justiça e na polícia. Seu comportamento nunca foi de um republicano, mas de desconfiança em relação às instituições, a começar pelo Judiciário. Não demorou muito para Bolsonaro reclamar da PF de Moro e conseguir uma PF para chamar de sua.

Em segundo lugar, dava para desconfiar: a elite política aceitaria tanto poder nas mãos de Moro?

Temos a vantagem de olhar para trás. Mas falemos francamente: a Lava-Jato, gostando ou não seus outros integrantes — e muitos não gostaram —, tornara-se bolsonarista. Isso num país rachado ao meio.

Sim, havia as conversas grampeadas entre os procuradores e Moro, mas dificilmente levariam à aniquilação da Lava-Jato de Curitiba e, depois, de tudo o que fosse combate à corrupção. Em entrevista ao Valor, publicada na última quarta-feira, o procurador aposentado Carlos Fernando dos Santos Lima, uma das lideranças da operação, comentou que esse tipo de conversa é rotineiro na Justiça.

Correto. Acrescentamos: rotineiras também são as conversas de advogados com os juízes, prática, aliás, que permanece intacta. Todo mundo familiarizado com os meios jurídicos de Brasília sabe o que é um "embargo auricular", não raro praticado em jantares, recepções e viagens.

Repararam que ninguém fala dos atos concretos de corrupção, das confissões e, sobretudo, do dinheiro devolvido?

Houve também acusações de desvio de recursos devolvidos por delatores, mas nada disso foi provado. Dallagnol não foi cassado por isso. A Justiça Eleitoral aceitou o argumento de que ele renunciara ao cargo de procurador para escapar de sindicâncias que poderiam levar a processos, que poderiam levá-lo ao afastamento da Procuradoria. Poderiam? Moro pode ser cassado por gastos na pré-campanha eleitoral para presidente. Não acharam nada mais forte que isso?

Se fosse aplicado o mesmo rigor às contas de tantos outros candidatos, sobraria pouca gente. Lembram-se da chapa Dilma-Temer, absolvida pela Justiça Eleitoral "por excesso de provas", na expressão imortal de Jorge Moreno?

Estão aí exemplos do que o ministro Gilmar Mendes, também em entrevista ao Valor, chamou de "leituras políticas". E as defendeu. A decisão de voltar à regra de prisão só depois do último trânsito em julgado — em vez de prisão após condenação em segunda instância — decorreu, disse o ministro, justamente de uma leitura política. Livrou Lula e abriu caminho para sua volta. Também tinha sido leitura política a de outro momento que levara à prisão de Lula.

Repararam que nada se fala de letra da lei, de interpretação jurídica sustentada? Repararam que ninguém fala dos atos concretos de corrupção, das confissões e, sobretudo, do dinheiro devolvido? Anula-se tudo por questões formais.

De Sérgio Cabral — das lanchas, joias, mansão em Mangaratiba, farras em Paris —, foram anulados uns 40 anos de penas. Seria inocente? Não se tratou disso. O Tribunal de Justiça "descobriu", tantos anos depois, que o ex-governador fora julgado numa vara errada. Teria de começar tudo de novo. Mas, bobagem, não vai dar tempo.

Devolverão a lancha e as joias leiloadas?

Certa elite política e judiciária entendeu que o povo não estava mais preocupado com isso de corrupção. Logo, anule-se tudo antes que o povo perceba. Pois parece que está percebendo de novo: 59% dos entrevistados colocaram a corrupção entre os dois maiores problemas do país (o primeiro é a segurança), segundo pesquisa Atlas/Intel. Quem poderia levantar de novo essa bandeira? Certamente, ninguém do lado de Lula ou de Bolsonaro.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwwan - leila.suwwan@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidelal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Mariana Caruso - mariana@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Carmon Filho - mailicon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao número)
(apenas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais pts: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e jamais forneça qualquer dado a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu ponto de venda, acesse para vendasavulsas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kardecs: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
CARBON FREE